Protagonismo de mulheres – transpondo as barreiras da dominação

Protagonism of women – Transposing the barriers of the domination

Ana Lucia da Silva Garcia¹

ana-garcia2006@ig.com.br

Elizete Alvarenga Pereira²

elizete.alvarenga@gmail.com

Resumo

Este artigo traz algumas reflexões sobre a atuação das mulheres em nossa sociedade e faz um passeio histórico sobre o surgimento da economia solidária no Brasil, seu desenvolvimento, e como a mulher brasileira é vista por dentro desse fenômeno que tem se espalhado pelo Brasil afora. Destaca ainda a contribuição que o Assistente Social pode dar aos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. O texto divide-se em quatro seções: em primeiro lugar, faz-se uma breve discussão sobre economia solidária, participação e gênero. Em segundo lugar, destaca-se o histórico de um grupo de mulheres que tem deixado marcas positivas para a economia solidária, o grupo de produção Oficina do Pão. Em terceiro, elenca-se a contribuição da economia solidária na construção da identidade coletiva de mulheres. Finalmente, faz-se uma discussão sobre as contribuições que o Serviço Social pode dar à participação das mulheres na Economia Solidária.

Palavras-chave: Mulher, economia solidária, serviço social.

Abstract

¹Mestre em Serviço Social pela UFRJ; Assistente Social; gerente do Centro de Capacitação da Política de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social/ RJ; Professora da Unigranrio. E-mail: ana-garcia2006@ig.com.br

² Mestre em Política Social pela UFF; Assistente Social; Pesquisadora de campo da ANTEAG (mapeamento 2009/20100; Professora da Faculdade FLAMA. E-mail: elizete.alvarenga@gmail.com

This article introduces some reflections on the performance of women in our society, and presents a history on the emergence of solidarity economy in Brazil. Its development also comes up to how the Brazilian woman's career is, within this phenomenon, and which has been propagated through out the Brazilian land. The present article also spotlights the contribution that the social assistant can give the solidarity economy administration in Brazil. The text can be divided in four parts. The first one elaborates a brief discussion on the solidarity economy, participation and gender. The second part, spotlights the history of a group of women who have been growing a positive image of solidarity economy, the Oficina do Pão(Bread Workshop) production group. The third part points out the solidarity economy contribution in means of collective identity formation of women. Finally, the fourth part discusses about what kind of contribution the social work is able to provide the women's participation in the solidarity economy.

Key words: Woman, solidarity economy, social work.

Introdução

A trajetória do movimento feminista comprova que o país tem avançado bastante com relação à luta das mulheres por direitos, mas ainda precisa dar passos largos no sentido de transpor barreiras impostas pela dominação masculina e desmistificar uma ideologia socialmente construída em torno da mulher.

Após 30 anos da Conferência do México que estabeleceu metas para acabar com todas as formas de discriminação contra a mulher, retoma-se ao mesmo assunto em 2005, quando a ONU estabelece que um dos objetivos do milênio³ é a “igualdade entre os sexos e a valorização da mulher”.

Este artigo tem como finalidade aproximar a temática da luta do movimento de mulheres por igualdade de direitos e economia solidária como um meio de geração de renda como uma contraproposta ao projeto neoliberal em economias capitalistas como a brasileira e que acreditam em uma nova proposta de economia. Discute também as contribuições que o Serviço Social pode dar às mulheres e ao movimento de Economia Solidária.

³ Disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em 10 jan. 2007.

Economia Solidária, participação e gênero

Economia Solidária no Brasil

De acordo com o texto distribuído no V Fórum Social Mundial/2005 (V FSM/2005), em Porto Alegre, “mais de 50% dos trabalhadores/as estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e protegidas”⁴.

Diante dessa nova configuração do mercado de trabalho, vale ressaltar o surgimento de práticas econômicas e sociais que garantem a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de muitos trabalhadores.

São práticas que recebem nomenclaturas diversificadas como economia solidária, economia popular solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, dentre outras. Independente da denominação adotada, vale ressaltar que existem pontos de convergência entre as acepções deste novo modo de produção, tais como:

- *a valorização social do trabalho humano;*
- *a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;*
- *o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;*
- *a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;*
- *o respeito ao idoso e à criança no combate ao trabalho infantil e escravo;*
- *os valores de cooperação e de solidariedade*⁵.

Diante de tais princípios, podemos reconhecer que a economia solidária apresenta-se como um significativo instrumento de combate à exclusão social, por apresentar uma proposta alternativa de geração de trabalho e renda e satisfação direta de necessidades essenciais.

Mas o que vem a ser Economia Solidária? Esse é um conceito muito utilizado, com variadas acepções, que tem, em sua essência, a solidariedade. Laville aborda, em seu texto,

⁴ Fragmento de texto distribuído durante o V FSM, em Porto Alegre 2005. “A trajetória do movimento de economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

⁵ Fragmento de texto distribuído durante o V FSM, em Porto Alegre 2005. “A trajetória do movimento de economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

Ação Pública e Economia, duas expressões da solidariedade. A primeira se refere à solidariedade filantrópica, benevolente, onde os mais abastados intervêm para melhorar a situação dos mais desfavorecidos. Neste sentido, os laços de dependência tendem a promover o beneficiário à posição de inferioridade – trata-se de uma dádiva que se recebe e que tem que ser retribuída obrigatoriamente. Para o autor, esta solidariedade é “portadora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades suportado nas redes sociais de proximidade” (Laville, 2006).

A segunda diz respeito à solidariedade democrática – uma troca que se impõe na construção das formas de vida e que também gera uma agenda de obrigações - que supõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que se auto-organizam. “Historicamente, ela assumiu as formas de ações mais centradas na resposta a demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, servindo através de ajuda mútua e de reciprocidade entre pares” (Laville, 2006).

O início do movimento da Economia Solidária no Brasil é marcado por encontros internacionais sobre experiências na área de autogestão e economia popular e solidária na década de 80. Naquele período, o país estava em processo de redemocratização, e algumas iniciativas de geração de trabalho e renda, de capacitação técnica, de comercialização já tinham como objetivo ir de encontro às estruturas dominantes. O movimento brasileiro passou a fazer intercâmbio com movimento de outros países para troca de experiências, especialmente com atores sociais e políticos de países como a Venezuela, México, França e Espanha.

Em 1998, ocorreu, em Porto Alegre/RS, o encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias, que reuniu mais de 100 atores sociais de todo o Brasil e delegações do México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha e Argentina. O encontro teve como encaminhamento a articulação dos participantes para criação de uma rede para a região. Para dar conta desta demanda, foi realizado o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias na cidade de Mendes/RJ, no ano 2000, e teve a participação de trabalhadores/as, empreendedores/as populares, movimentos sociais e instituições de assessorias da sociedade civil de todo país⁶.

A partir desse momento, percebe-se um número muito grande de empreendimentos, instituições, organizações, articuladas para o crescimento e fortalecimento da economia solidária no Brasil. Um exemplo é o envolvimento de redes e fóruns da economia solidária na

⁶ Informações obtidas no relatório do Seminário Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável realizado em 2003, na cidade de Mendes/RJ.

organização das versões do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e do Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável realizados na cidade de Mendes, no Rio de Janeiro, em 2003, organizado por um grupo de ONGs (CEDAC, CAPINA, CEPEL, PACS, entre outras instituições). Uma grande conquista do movimento de economia solidária no Brasil foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, que tem como secretário o Prof. Paul Singer, grande estudioso do tema.

Para Singer, o conceito de economia solidária se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outras, com as seguintes especificidades: “estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos” (Singer, 2003).

Para o mesmo autor, as cooperativas de produção possuem características próprias da economia solidária, mas não descarta a existência de outros empreendimentos solidários com as mesmas características solidárias e que estão em plena expansão no país.

Semelhante à concepção de Singer, Luis Inácio Gaiger considera a economia popular solidária como “iniciativas populares de geração de trabalho e renda que se baseiam na livre associação dos trabalhadores e no princípio da autogestão e cooperação” (Gaiger apud Bertucci, 2003).

Por último, destacamos a aceção diferenciada de Marcos Arruda sobre economia solidária. Diferenciada por utilizar a denominação socioeconomia solidária e compreender que a verdadeira economia deve ter ênfase no social. Portanto, para esse autor, socioeconomia solidária:

é uma nova economia cujo objetivo é responder às necessidades sociais e humanas, ou também atender a dupla demanda de reprodução simples (sobrevivência) e de reprodução ampliada da vida (crescente bem viver individual, comunitário, social) (Arruda, 2003, p. 233).

Apresentamos, a seguir, um quadro analítico que descreve as diferenças entre economia capitalista e economia solidária que auxilia na compreensão de aspectos importantes nos dois modos de produção destacados por Singer.

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual...O resultado é a competição e a desigualdade. A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual...O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (Singer, 2002, p. 10).

Tabela 1: Diferenças entre economia capitalista e economia solidária.

Aspectos	Economia capitalista	Economia solidária
Lógica	Acumulação/lucro	Ampliação da qualidade de vida
Relações internas	Patrão x empregado	Autogestão Cooperativa
Protagonismo	Representações empresárias	Organizações do movimento da economia solidária
Educação	Para a competitividade/individualista	Para a solidariedade em rede
Projeto de desenvolvimento	Monopolista predatório do meio ambiente e das pessoas	Desenvolvimento sustentável
Políticas	Excludentes e compensatórias	Fortalecimento de redes e de suas representações
Cadeia produtiva	Rede de competição e exploração monopolista	Rede de complementaridade solidária

Fonte: Cáritas Brasileira (2003).

Na verdade, a economia solidária é um movimento recente que vem se desenhando e se fortalecendo a cada dia, mas que se utiliza de práticas históricas anteriores. De acordo com

o Sistema de Informações sobre Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres fazem parte dos empreendimentos econômicos solidários (SIES/MTE, 2005).

A economia solidária está sendo construída com base no resgate da cidadania de grupos de produção, empreendimentos solidários, membros de cooperativas, através de princípios como a autogestão, a solidariedade, a cooperação, e seu objetivo se pauta no lema de todas as versões do FSM, “um outro mundo é possível”. Ou seja, investe muito no mundo das ideias – na mudança de um padrão civilizacional de uma cultura.

Gênero – A trajetória da participação das mulheres na sociedade

A Constituição Federal vigente no Brasil garante a igualdade de gênero quando afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Capítulo I, artigo 5º da CF/88). Na prática, essa igualdade a qual se refere o texto constitucional ainda é utopia no sentido de propiciar uma assimetria entre homens e mulheres nos mais variados papéis que assumem. Esses papéis estão relacionados a funções exercidas nos diversos espaços em que estão inseridos e contribuem para que as mulheres permaneçam em posição de desvantagem em relação aos homens, tanto em sua atuação no espaço público quanto no espaço privado.

A grande questão apresentada pela Psicologia Social com relação a atores sociais é que há uma interação entre os papéis desempenhados pelos mesmos, ou seja, se um papel muda, o outro que depende dele sofre uma alteração. Para Oliveira (1992), a interação entre os atores “é determinada pelas idéias, expectativas e julgamentos que cada um faz sobre as atitudes e comportamentos dos outros”. Mas a realidade comprova que, ao longo do tempo, os papéis desempenhados pelas mulheres sofreram mudanças significativas sem que houvesse mudanças da mesma ordem nos papéis desempenhados pelos homens.

Preocupadas com esta situação e insatisfeitas com a posição de subalternidade imposta pela tradição patriarcal, mulheres do mundo inteiro resolveram reagir através de grupos, movimentos, organizações, entre outros. Os movimentos feministas no Brasil, bem como os espalhados pelo mundo afora, têm como bandeira de luta a oposição a todas as formas de opressão e desvalorização da mulher. Porém, a continuidade do modelo de família patriarcal, baseada na “heterossexualidade compulsória e repressão sexual” (Castells, 2006) em nossa sociedade, delega para as mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras.

Chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas (Weber *in* Saffioti, 1992, p.193).

A dominação apresentada por Weber pode ser analisada sob dois aspectos diferenciados, mas que historicamente possuem a mesma origem, o cristianismo. O primeiro aspecto é a dominação do homem sobre a mulher, e o segundo, a dominação imposta pelo sistema capitalista.

Ainda refletindo sobre patriarcalismo, percebe-se que movimentos feministas têm lutado para desestruturar suas bases, mas a ideologia patriarcal tem perpassado gerações e tomado força em culturas influenciadas pelo fundamentalismo cristão e fundamentalismo islâmico. O fundamentalismo religioso apresenta-se como “a construção da identidade coletiva segundo a identificação do comportamento individual e das instituições da sociedade como as normas oriundas da lei de Deus, interpretadas por uma autoridade...” (Castells, 2006).

A discussão sobre relações de gênero em que as mulheres ocupam a posição de subalternidade são comuns em culturas mais conservadoras. O processo de industrialização contribuiu para mudanças significativas no que se refere à inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como na luta por direitos sociais.

Uma geração de mulheres, insatisfeitas com os estereótipos criados em torno delas (como o de “rainhas do lar”) e com a posição de subalternidade em relação aos homens, resolveu dar um basta nessa situação através da organização de um movimento próprio de luta por direitos. Elas saíram às ruas a fim de reivindicar uma igualdade de direitos numa sociedade extremamente fechada para o respeito e atuação das mulheres no espaço público. As feministas dos anos 70 receberam influências do movimento de mulheres do início do século que lutaram pela emancipação da mulher e conquistaram a participação nas decisões políticas do país como o direito de votar e ser votada, direito a férias remuneradas, entre outras.

Vale destacar que o movimento feminista dos anos 70 era formado por intelectuais inseridas no “mundo dos homens” que tinham uma proposta de ruptura com o modelo de sociedade patriarcalista. Conforme Oliveira:

Industrialização e urbanização transformaram donas-de-casa não apenas em professoras e enfermeiras, mas também em metalúrgicas, advogadas e executivas. Cinderela de terno e gravata ou Gata Borracheira de macacão azul, em nome da modernidade e igualdade (2002, p. 54-55).

A tão sonhada igualdade presente na luta e discurso das feministas não se efetivou na prática, devido ao fato de mulheres conseguirem uma maior inserção no mercado de trabalho, sem a garantia de terem as mesmas condições de trabalho e isonomia salarial que os homens. Na verdade, houve uma maior reflexão sobre as barreiras para a inserção de mulheres no espaço público; elas não se deram conta que sua entrada neste espaço teria rebatimento direto em sua vida privada, no sentido de não haver equilíbrio de gênero, ou seja, não foi exigido dos homens a assunção dos papéis ditos femininos. Oliveira se refere a isto como “armadilha da igualdade” onde as mulheres lutaram por igualdade, mas não houve um equilíbrio na balança das relações de gênero.

Ainda hoje as instituições públicas e os tempos de funcionamento da sociedade estão pensados contando com a disponibilidade a tempo integral de uma mulher que educa os filhos, ocupa-se do resto da família e cuida da burocracia doméstica. Em relação à vida privada, não mudaram as mentalidades, e conseqüentemente, as responsabilidades não são compartilhadas. Se fossem, forçariam a reorganização do mundo do trabalho (Oliveira, 2003, p. 68).

Embora tenham ocorrido muitas mudanças na estrutura familiar, como diminuição no número de filhos, mulheres mais velhas se inserindo no mercado, aumento no número de divórcio, homens perdendo seus postos de trabalho, a mulher trabalhadora, além de dar conta de múltiplas tarefas, ainda continua como responsável pelas atividades domésticas (Coelho, 2002).

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora (Bruschini, 2000, p.16).

Os fatores citados pela autora interferem diretamente na participação feminina no mercado de trabalho com características bem diferenciadas do homem. A partir da década de 80, percebem-se consideráveis transformações no perfil feminino no mercado de trabalho como a inserção de mulheres mais velhas, casadas e mães. Fatores como necessidade de complementar a renda familiar, aumento da escolaridade, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares contribuíram para o aumento da inserção de mulheres casadas no mercado de trabalho.

É a partir da década de 80 que o movimento feminista adere à luta por direitos apoiado por outros movimentos sociais, como o “movimento pela anistia política, contra o alto custo de vida, por creches, pela criação de associações e casa de mulheres e entraram nos sindicatos onde reivindicam um espaço próprio” (Mesquita, 2005). Esta nova cara do movimento feminista possibilitou denunciar com maior liberdade as desigualdades existentes entre homens e mulheres, e a luta por igualdade encarada como direito de se diferenciarem dos homens, pois, entende-se que a “verdadeira igualdade é a aceitação da diferença sem hierarquias” (Oliveira, 1992).

O movimento de mulheres exerceu um papel importante ao colocar em xeque a relação de dominação dos homens sobre as mulheres que tem perpassado gerações e experimentado mudanças significativas como um maior acesso de mulheres ao ensino médio e superior, maior acesso a meios contraceptivos, maior acesso ao mercado de trabalho em funções “não convencionais”, casamentos tardios, aumento do número de divórcios, entre outras.

A entrada maciça de mulheres instruídas no mercado de trabalho e a desvalorização da vida no lar contribuirão fortemente para apagar a fronteira entre o privado e o público, entre o feminino e o masculino e para quebrar a antiga identidade feminina, centrada na idéia da mulher que se realiza nos afazeres e saberes de casa (Oliveira, 1992, p. 46).

Os aspectos apresentados por Oliveira apontam para importantes mudanças no pensamento social no sentido de desmistificar a ideia de que o espaço privado é exclusividade das mulheres e provoca um abalo nas estruturas da dominação masculina. Foi através de muita luta que as mulheres conquistaram sua inserção no espaço público até então reservado aos homens com posição “privilegiada” na relação de gênero. “Neste cenário de saída para o

espaço público, grupos de mulheres se organizaram na luta por direitos cidadãos, pelo direito de votar, emancipação jurídica, social, econômica, intelectual” (Mesquita, 2005).

A estrutura de dominação presente na sociedade brasileira remonta do período em que os portugueses dominaram o Brasil e obrigaram os nativos a submeterem-se a seus caprichos. Não foi diferente com mulheres nativas e, posteriormente, com as escravas africanas tratadas como objetos, que sofreram nas mãos de colonizadores interessados somente em saciar seus desejos sexuais. Bourdieu⁷ aponta a dominação masculina como responsável pela posição de subalternidade da mulher:

A dominação masculina que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até apagadas (1999, p.82).

Várias pesquisas apontam para o fato de que a dominação masculina é socialmente construída e tem como fundamento a natureza biológica de homens e mulheres. O médico iluminista francês Dr. Roussel era um dos defensores dessa ideologia e teve suas teorias amplamente difundidas no mundo ocidental. Conforme Knibiehler, o Dr. Roussel chegou a afirmar que, nas mulheres,

[...] os ossos são menores e duros, a caixa torácica é mais estreita; a bacia mais larga impõe os fêmures uma obliquidade que atrapalha o andar, pois os joelhos se tocam, as ancas balançam para encontrar o centro da gravidade, o andar é vacilante e inseguro, a corrida rápida é impossível às mulheres (Knibiehler *in* Rago, 2001, p. 63).

Os médicos foram os responsáveis por difundir a ideia de que a anatomia do corpo das mulheres é responsável pelos limites físicos, intelectuais, morais, fatores esses que impedem a inserção de mulheres na esfera pública. Simmel, ao contrário deste pensamento, afirmava que, na medicina, as mulheres poderiam dar uma grande contribuição no sentido de perceber melhor o doente. Ele defendia “a luta pela emancipação das mulheres, pela destruição dos preconceitos sexistas, pela igualdade de direito entre os sexos...” (Knibiehler *in* Rago, 2001).

⁷ Este autor relata sobre a tradição cabila que se apoia no mito de origem para afirmar a posição dos dois sexos na divisão do trabalho sexual: “na fonte, és tu (quem dominas); na casa, sou eu” (p. 26).

A construção da ideologia masculina amparada na biologia desqualifica a mulher para assumir funções relacionadas ao espaço público, àquelas ‘reservadas’ aos homens. Nessa perspectiva, a dominação masculina apresenta-se como meio de perpetuar a divisão sexual nos espaços públicos e privados, bem como a ‘superioridade’ de homens sobre mulheres numa relação de exploração e dominação. Conforme Bourdieu:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos, espetaculares... As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêem ser-lhes atribuídas todas os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos... (1999, p. 41).

Em contraposição a essa ordem de atribuições masculinas e femininas apresentadas por Bourdieu, destacamos a experiência de mulheres que, ao longo do tempo, têm sido autoras de sua própria história. Cabe destacar a contribuição de Bertha Lutz⁸ que, no início do séc. XX, estava presente na luta pela valorização da mulher, bem como sua visibilidade no espaço público.

A primeira grande conquista das mulheres brasileiras foi a promulgação do novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076/32, garantindo-lhes o direito de voto. Acontecimentos internacionais contribuíram para reforçar a luta das mulheres por direitos cidadãos. Em 1975, a ONU - Organização das Nações Unidas - instituiu o Ano Internacional da Mulher após a I Conferência Mundial da Mulher realizada no México. O Plano de Ação do México aprovou a década da Mulher (1975-1985), que definiu metas a serem cumpridas nos anos seguintes a fim de eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. A iniciativa da ONU ao reconhecer a questão da mulher como um problema social a ser enfrentado contribuiu para dar maior visibilidade a movimentos de mulheres espalhados pelo mundo e abriu espaço para o surgimento de grupos políticos de mulheres como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros.

A década de 1980 foi marcada pela efervescência de movimentos sociais de diversas categorias na luta por direitos de cidadania em uma conjuntura voltada para a

⁸ De acordo com o CEDIM, Bertha Lutz publicou na “Revista Semana” uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino e propõe a criação de uma associação de mulheres. Disponível em <http://www.cedim.rj.org.br>. Acesso em 10 jan. 2007.

redemocratização do Brasil. Neste período, houve uma forte presença das mulheres em diversos espaços como associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, entre outros. No âmbito governamental, foram criados conselhos de direitos nas três esferas de governo, e a violência contra a mulher passou a ser tratada como uma questão de políticas públicas com a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM's.

As exitosas experiências de mulheres a nível estadual contribuíram para que suas reivindicações fossem aceitas pela Câmara de Deputados Federais que, em 1985, aprovou o Projeto de Lei nº 7353 para criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Três anos mais tarde, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro através do Decreto nº 9906 de 06 de maio de 1987, que tem por atribuição assessorar, formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização da mulher. Atualmente, este Conselho é vinculado à Subsecretaria Adjunta de Políticas Públicas para Mulheres, da Secretaria de Estado de Justiça e direitos do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro⁹.

A convenção para Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra a Mulher foi assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativa à família, em 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com manutenção das reservas em 1984. Apenas em 1994, como o reconhecimento pela Constituição Federal de 1988 da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada (Mesquita, 2005, p. 77).

No final do séc. XX e início do séc. XXI, muitos grupos de mulheres se institucionalizaram através da criação de organizações não-governamentais de direitos para mulheres, participação em redes, fóruns, com o objetivo de incidir diretamente em políticas públicas. Em 2004, foram realizadas conferências de mulheres nos três níveis de governo, com objetivo de propor políticas públicas voltadas para as para mulheres. Destacamos a recente conquista do movimento de mulheres que contribuiu para a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres em 2004, pelo governo federal.

Breve apresentação do grupo Oficina do Pão¹⁰

⁹ Disponível em <http://www.cedim.rj.gov.br>. Acesso em 10 jan.2007.

¹⁰ Este item é resultado de pesquisa realizada com as cinco componentes do grupo de produção Oficina do Pão em 20 de novembro de 2006.

A história do grupo de produção Oficina do Pão está muito interligada com a história do Bairro de Imbariê, localizado no 3º distrito do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Todas cinco componentes do grupo são moradoras do bairro Imbariê e possuem algumas características comuns que as unem, tais como: certa relação de parentesco; militância política, no sentido de estarem envolvidas com as questões do bairro através da Associação de Moradores e Igreja Católica; bem como uma relação de amizade e confiança que é base de sustentação do grupo.

A ideia da formação de um grupo nasce através da preocupação de algumas mulheres pobres, moradoras do bairro Imbariê que não tiveram oportunidade de estudar e estavam insatisfeitas com a situação de violência do bairro, bem como preocupadas com a educação de seus filhos. Estas mulheres tinham grande interesse em mudar suas realidades e de suas famílias através de alternativas que pudessem proporcionar uma vida mais digna. Foi então que uma delas decidiu, em 2000, participar de um grupo de formação no CD Vida – Centro de Defesa da Vida, instituição ligada à Igreja Santo Antônio, em Duque de Caxias, que trabalha com mulheres vítimas de violência doméstica. O CD Vida realiza um trabalho interdisciplinar com uma equipe técnica composta por Advogado, Assistente Social e Psicólogo, e tem por finalidade dar apoio psicossocial e sócio-jurídico às mulheres vítimas de violência que procuram esta entidade.

Foi a partir da iniciativa de três mulheres - em articulação com uma organização não-governamental - que as demais mulheres, vítimas de violência doméstica ou não, interessaram-se em participar do processo de formação promovido pelo CD Vida. Na verdade, essas mulheres que não são vítimas de violência doméstica, são vítimas da violência social presente em nossa sociedade através da discriminação contra a mulher, a má distribuição de renda, a precariedade no investimento em políticas públicas, entre outros fatores.

O grupo de formação discutia questões como a autoestima das mulheres, a valorização da mulher no mercado de trabalho, a saúde da mulher, entre outras temáticas. Algumas mulheres tiveram que se afastar do grupo por conta das dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias para trabalhar como faxineiras no Rio de Janeiro; outras se afastaram por questões de saúde e, lamentavelmente, um outro grupo teve que se afastar porque enfrentou problemas com seus maridos que não concordavam ou impediam a participação delas no grupo de formação.

Estes problemas comuns no cotidiano dos movimentos sociais contribuíram para uma redução das componentes do grupo que ficou com 25 mulheres. O processo de formação, que

durou cerca de um ano e meio, contribuiu para que as mulheres tivessem uma identificação muito grande com a proposta de iniciarem atividades de geração de renda. Para a realização desse trabalho, o CD Vida convidou o CEDAC – Centro de Ação Comunitária, ONG que trabalha desde 1979 com educação popular e se especializou em geração de renda.

Quando o grupo decidiu que iria se especializar em geração de renda, houve uma oficina com uma técnica do CEDAC da área de marketing com o objetivo de trabalhar a descoberta de habilidades/talentos de cada mulher.

O grupo composto por 25 mulheres se dividiu em três grupos de produção, e, através de um processo bastante democrático, cada componente teve a oportunidade de sugerir e escolher os nomes dos grupos com os quais se identificavam: **Criatividade**, grupo de produção de brinquedos pedagógicos e enxoval de bebê; **Illuminarte**, produção de velas artesanais; **Oficina do Pão**, grupo de produção de pães artesanais¹¹. Esta divisão, segundo os relatos das entrevistadas, foi muito difícil para as mulheres porque tinham criado um vínculo entre si, mas um momento necessário para que elas pudessem caminhar no sentido de estar realizando o sonho de garantir o sustento de seus filhos, bem como um meio para complementar a renda familiar.

O grupo de produção Oficina do Pão, composto por 05 mulheres, decidiu trabalhar na área de culinária pela habilidade da maior parte das componentes. Iniciou sua qualificação profissional através do curso de panificação realizado durante quatro semanas no salão da igreja. No início, o grupo produzia no próprio salão da igreja; depois, uma das componentes disponibilizou a varanda de sua casa por 02 anos e, atualmente, o grupo alugou uma casa e dispõe de equipamentos necessários para a produção de pães, bolos, empadas, almoço, entre outros.

O primeiro grande desafio para o grupo foi, antes mesmo de terminar o curso, preparar 1.800 brioques para um seminário organizado pelo CEDAC na cidade de Mendes. A partir desse encontro, foram feitos vários contatos através do CD Vida e CEDAC para contratar os serviços do grupo que oferece café da manhã, lanche, coquetel. Num primeiro momento, o grupo vendia seus produtos na comunidade, escolas, clínicas, faculdades; mas, por conta das dificuldades de deslocamento, não prosseguiu com esta estratégia de venda dos produtos.

Outro grande desafio para o grupo foi preparar seu primeiro coquetel para 300 pessoas com sucos, frutas, pães, na Conferência que discutiu Violência contra Mulher e pensou

¹¹ Não é nosso interesse discutir essa questão, mas pode-se perceber que são cursos marcados por um viés de gênero, visto que as opções estão relacionadas a atividades consideradas tipicamente femininas.

Políticas Públicas para Mulheres em Duque de Caxias. O grupo foi convidado também para preparar 2.000 sanduíches em evento organizado pela Diocese de Duque de Caxias, e, a partir destes eventos, começou a ter visibilidade em sua cidade de origem, bem como no Rio de Janeiro.

As cinco componentes do grupo de produção Oficina do Pão já vivenciavam os princípios da “economia solidária” mesmo antes de conhecer sua proposta. O primeiro contato do grupo com o termo economia solidária foi através do CEDAC e do CD Vida e, a partir de então, começaram a participar de seminários, encontros, intercâmbios com outras experiências nacionais e internacionais que discutem essa temática. A grande dificuldade do grupo é a questão da legalização do empreendimento que se apresenta como entrave para prestação de alguns serviços que exigem a emissão de nota fiscal. A legislação vigente é de 1971, e penaliza pequenos empreendimentos com uma carga tributária muito alta. Conforme Barbosa (2006),

[...] a legislação brasileira não atende a regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista e mais centrada no capital privado. Por isso não há cobertura renunciada para o associativismo da economia solidária, autogestão e cooperativismo popular (2006, p. 115).

O grupo tem como princípio a autogestão, ajuda mútua, solidariedade, e tem procurado praticar a justiça entre seus membros. Fortalece-se enquanto ator político através da participação em espaços como Fórum de Defesa de Direitos das Mulheres de Duque de Caxias, Fórum de Economia Popular e Solidária de Duque de Caxias, Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP/RJ, Associação dos Grupos de Produção Comunitária – AGP, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FEBS, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES.

O grupo participou, em 2004, do Seminário Franco-Brasileiro de Gênero e Economia Solidária no Colégio Assunção/RJ, e uma das componentes foi convidada a compartilhar a experiência do grupo no evento de comemoração do ano França-Brasil. A participação nesses espaços tem contribuído para aprofundar as discussões sobre questões de gênero tão presentes na vida dessas mulheres através de seu posicionamento nos diversos espaços políticos, bem como questões sobre economia solidária no sentido de pensar na possibilidade de um outro mundo mais justo e igualitário.

A contribuição da economia solidária na construção da identidade coletiva de mulheres

Embora as mulheres tenham alcançado muitos direitos e conquistado importantes espaços no cenário mundial, como funções de Presidente da República, Governadora, Primeira Ministra, entre outras, o mercado de trabalho ainda encontra-se na lógica de desvalorização da mulher.

Um dos princípios da economia solidária é *o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade*. A economia solidária busca quebrar a invisibilidade da mulher em nossa sociedade e dar visibilidade às suas práticas na construção da identidade coletiva.

As experiências alternativas de geração de trabalho e renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso às propriedades dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática (Nobre, 2003, p. 208).

A identidade é um elemento presente em todo ser humano, resultado de todo um processo histórico-cultural. O ser humano nasce com características funcionais e anatômicas que determinam a aparência que se convencionou denominar de homem ou mulher, bem como definição étnico/racial, amarelo, branco, indígena, negro. Sobre definições sexuais e étnico/raciais, constrói-se a identidade social dos diferentes indivíduos através de aspectos históricos, culturais, religiosos, psicológicos.

O termo identidade origina do latim (*idem*) e significa igualdade e continuidade. De acordo com Giddens (2002), a identidade pode ser encontrada no comportamento das pessoas ou na reação tanto das pessoas como dos outros.

Os movimentos feministas no Brasil, e também os espalhados pelo mundo afora, têm como bandeira de luta a oposição a todas as formas de opressão a estereótipos criados em torno da mulher. O exercício da cidadania das mulheres na contemporaneidade passa pela identidade feminina, que é entendida como:

[...] um projeto que está em construção que passa pela desmontagem destes modelos introjetados de rainha do lar, do destino inexorável da maternidade, da restrição ao espaço doméstico familiar e o resgate da potencialidade, abafada ao longo de séculos de domínio da ideologia machista e patriarcal (Carneiro, 1994, p.188).

Stuart Hall (2005) apresenta, em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, três concepções de identidade: a baseada no sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo estava amparado numa ideia muito individualista de ser humano. Nesta concepção, a identidade nascia com o sujeito e permanecia inalterável durante toda a sua vida, a identidade era o elemento responsável por vincular o sujeito à estrutura. O termo sujeito era normalmente utilizado para fazer referência ao gênero masculino.

Na explicação de sujeito sociológico, cada pessoa tem sua especificidade, e os sujeitos com suas especificidades interagem com a sociedade. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2005).

Por último, a abordagem de sujeito pós-moderno traz a compreensão de que o sujeito não possui somente uma identidade, mas várias. Essas identidades são moldadas conforme transformações ocorridas ao longo da vida do sujeito.

No que se refere a atores sociais, a identidade pode ser entendida como:

[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outros valores de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (Castells, 2006, p. 22).

De acordo com esta afirmativa, compreendemos que há uma diferença entre identidade e papéis assumidos por um sujeito. Os papéis estão relacionados a funções exercidas por homens e mulheres como ser pai, mãe, vizinho, torcedor, já a identidade diz respeito a significados, ou seja, envolve a autoconstrução.

A identidade moderna envolvia escolhas fundamentais – profissão, identificações políticas, família – que definiam de uma forma mais rígida quem era o sujeito. Hoje, a medida que as fronteiras entre papéis tornaram-se muito mais fluidas, a identidade de homens e mulheres também se tornou mais flexível e aberta à mudança (Vaitsman, 2001 p.18).

Verifica-se, nas relações sociais contemporâneas, uma mudança considerável no comportamento de homens e mulheres no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Muitos homens em situação de desemprego assumem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, enquanto suas mulheres saem para o trabalho. Autores que estudam sobre a temática identidade afirmam que ela está intimamente ligada com poder.

Castells (2006) afirma que a construção da identidade ocorre num âmbito de relações de poder. O autor destaca três tipos de construção de identidade: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A identidade legitimadora está relacionada com a dominação de instituições/organizações sobre atores sociais para impedir sua atuação, seu protagonismo.

A identidade de resistência se aplica à atitude de atores que estão em posição de desvalorização ou estigmatizados pela estrutura de dominação. Estes atores constroem bases de resistência e sobrevivência que se contrapõem à lógica dominante.

A identidade de projeto parte do pressuposto de construção de uma nova identidade capaz de promover significativas transformações na estrutura da sociedade. “A autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual as mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder” (Castells, 2006).

Acreditamos que a identidade de resistência e identidade de projeto se encaixam perfeitamente na lógica da economia solidária. As experiências têm mostrado que este movimento luta contra a exclusão e dominação impostas pelo sistema capitalista, e também tem possibilitado que mulheres de empreendimentos, grupos de produção, cooperativas, sejam protagonistas de sua história através da construção de poder, da construção de uma identidade coletiva.

As contribuições que o Serviço Social pode dar à participação das mulheres na Economia Solidária

O campo de trabalho do Assistente Social tem se ampliado à medida que surgem novas demandas para a categoria, como a assessoria e consultoria. A Lei de Regulamentação da Profissão, em seu artigo 5º inciso III, afirma que a assessoria e consultoria constituem

atribuições privativas do Serviço Social, ou seja, só pode prestar estes serviços um profissional habilitado para tais atividades¹².

Matos, em seu artigo “Assessoria e Consultoria – reflexões para o Serviço Social”, faz uma distinção entre esses dois termos e reflete acerca do debate travado pela categoria sobre esta temática específica.

O assessor não é aquele que intervém, deve sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora, e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições [...] o trabalho de consultoria é mais pontual que o de assessoria, onde a equipe ou o profissional que recebe a consultoria já tem, supostamente, algum acúmulo no assunto a ser tratado (Matos, 2006, p. 32).

A categoria assessoria foi muito utilizada pelos Assistentes Sociais no período da ditadura para apoiar a mobilização e organização dos movimentos sociais que tiveram contribuições importantes para a redemocratização do país e na luta por direitos cidadãos. O Brasil vivenciou 20 anos de ditadura militar, período marcado por grande crescimento econômico, concentração de renda, desmobilização popular, entre outros. Sobre este período, Faleiros afirma:

O Estado militar-tecnocrático não tolera mobilizações, está fechado à negociação, destrói as organizações populares, impede a representação de baixo pra cima, controla e patrulha os movimentos populares e os possíveis embriões desses movimentos (Faleiros, 2000, p.80).

O enfraquecimento da ditadura, que data do final da década de 70 e início da década de 80, possibilitou maior manifestação dos movimentos sociais e também o surgimento de tantos outros imbuídos na luta por significativas transformações no país. É neste contexto que o Serviço Social prepara o solo para mais um campo de atuação junto aos movimentos sociais.

O trabalho dos Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais se deu, na sua maioria, por meio da criação de campos próprios de estágio para graduandos em Serviço Social. Esta ação é vista, na época, como estratégia, na medida em que esse

12 Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social nº 8.662 de 1993, artigo 5º inciso III.

período também é marcado pela revisão curricular do curso de Serviço Social, aprovado pela categoria em 1979 (Matos, 2006, p. 41).

A atuação profissional junto aos movimentos sociais não tem tanta visibilidade hoje como no período da ditadura e de redemocratização, na década de 80 e 90, devido à nova configuração dos movimentos sociais e à conjuntura do país nesta primeira década do século XXI.

A economia solidária se apresenta como novo fenômeno social da década de 80, e se caracteriza como movimento que também tem, em seu seio, grupos basicamente compostos por mulheres, como é o caso do grupo Oficina do Pão, citado anteriormente.

O Assistente Social é um dos profissionais habilitados para dar assessoria/capacitação às mulheres da Economia Solidária no que diz respeito ao fortalecimento através da viabilização e acesso a políticas sociais. “A atividade de assessoria se expressa ao profissional em meio as alterações impostas ao mundo do trabalho como um recurso estratégico de intervenção profissional (Fonseca, 2006).

As alterações sofridas no mundo do trabalho permitem o desenvolvimento de práticas sociais que Góis (1995) denomina, a nível micro, da chamada ‘proteção primária’ (ajuda mútua, ação comunitária, familiar, motivadas pela solidariedade, vizinhança, parentesco, entre outras); e a nível macro ou ‘proteção secundária’ como as ações desenvolvidas pelo poder público, instituições de assistência social, ONGs.

O campo da economia solidária no Brasil está em expansão e reúne atores que reivindicam direitos, questionam e propõem políticas, enfim, são atores que se empenham na luta para redução das desigualdades sociais, conforme algumas características descritas por Tiriba:

- *são iniciativas organizadas de acordo com determinados objetivos, decisões e programas;*
- *objetivam enfrentar carências e necessidades;*
- *buscam enfrentar problemas mediante a ação direta com esforço coletivo e recursos próprios;*
- *implicam relações e valores solidários;*
- *não se limitam a uma atividade, tendem a se integrar com outras atividades econômicas sociais, educativas e culturais;*

- *buscam algum nível de mudança social na perspectiva de uma sociedade mais justa* (Galvão in Tiriba, 1999, p. 123).

Neste sentido, o Serviço Social pode contribuir com os empreendimentos da Economia Solidária, assim como com grupos de mulheres que se organizam na luta por direitos, com seu referencial teórico-metodológico e interventivo, assessorando-as e capacitando em diversas áreas:

- Promovendo cursos de capacitação sobre a história do país, o papel dos movimentos sociais, do Estado e das organizações do terceiro setor; sobre a construção das políticas sociais e da cidadania no país.
- Aprofundamento nas temáticas específicas de Gênero e Economia Solidária.
- Assessoria na organização de grupos, movimentos, fóruns, redes, conferências.
- Assessoria na elaboração de documentos, pesquisas, propostas para políticas públicas, sistematização de experiências.
- Assessoria na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos de financiamento.
- Assessoria e capacitação específica na organização de empreendimento produtivo.

As redes sociais são formadas por um conjunto de atores que possuem algum tipo de vínculo ou afinidade política/ideológica. Elas estão inseridas no setor público não-estatal e se dividem em redes digitais, redes de tráfico, redes locais, redes associativas (pressupõe elementos como solidariedade, confiança mútua), entre outras. Nas associativas, estão presentes as redes feministas, ecológicas, movimentos na área de educação, saúde, moradia, ética na política, economia solidária.

O trabalho que o Assistente Social pode desenvolver no campo das redes sociais voltadas para as questões de gênero e de economia solidária necessita de um conhecimento prévio da trajetória destas temáticas e seu desenvolvimento no Brasil, bem como a identificação das parcerias necessárias para a mobilização dessas redes, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista político e financeiro.

Considerações Finais

Compreendemos que nosso país tem avançado bastante com relação à luta das mulheres por direitos, mas temos que dar passos largos no sentido de lutar por maior valorização da mulher no mercado de trabalho. As mulheres possuem maior escolaridade que os homens e, ainda assim, percebem rendimentos inferiores; muitas delas se submetem a trabalhos não compatíveis com sua formação por não terem alternativa para sobrevivência da família.

A economia solidária é um fenômeno social que está crescendo em nosso país e tem aglutinado diversos atores que acreditam na transformação através de práticas solidárias, cooperativas, autogestionárias. É um movimento que reúne empreendedores, cooperativas, movimentos sociais, ONGs, universidades, poder público para criar uma alternativa que combata a exclusão social e a pobreza.

Muitos empreendimentos solidários são basicamente constituídos por mulheres ou, na sua maioria, por mulheres que acreditam na transformação da sociedade a partir da localidade que atuam, ou seja, mulheres que lutam para construir uma identidade coletiva.

O importante trabalho desenvolvido pela parceria CEDAC e CD Vida através de assessoria técnica interdisciplinar foi fundamental para o desenvolvimento e qualificação do Grupo Oficina do Pão que se tornou referência estadual, nacional e internacional.

O grande desafio posto é o fortalecimento de movimentos sociais para que possam elaborar propostas de valorização da mulher que atua no mercado formal e também para as que atuam na economia solidária a fim de pressionar os poderes públicos para que suas propostas sejam incorporadas na agenda política.

O Assistente Social como profissional que trabalha com políticas sociais pode dar contribuições importantes aos movimentos de mulheres na área de capacitação, assessoria, mas, especificamente, aos empreendimentos voltados para a economia solidária que visam a valorização da mulher enquanto agentes de transformação da sociedade.

Referências

- ARRUDA, M. 2003. Socioeconomia Solidária. In: A. D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, 306p.
- BARBOSA, R. N. de C. 2006. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: M.O. da S. SILVA; M.C. YAZBEK (Orgs.), *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Cortez.

- BERTUCCI, A. de A.; SILVA, M.A.D. (org.). 2003. *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória dos PACs à EPS*. Brasília, Cáritas Brasileira.
- BOURDIEU, P. 1999. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 158 p.
- BRASIL. 2002. Código Civil, Código de Processo Civil e Constituição Federal /organizado por Yussef Said Cahali. 4ª ed., São Paulo, RT.
- BRUSCHINI, C. 2000. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. In: M.I.B. da ROCHA (org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34.
- CARNEIRO, S. 1994. Identidade feminina. In: H. T. B. SAFFIOTI e M. M. VARGAS, *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 283p.
- CASTELLS, M. 2006. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 5ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 530p.
- COELHO, V.P. 2002. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. *Revista Serviço Social e Sociedade*, **XXIII**(71):63-79.
- FALEIROS, V. de P. 2000. *A Política Social do estado capitalista*. 8ª ed., São Paulo, Cortez, 175p.
- FONSECA, T.M.A. 2006. Da análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In: M.I.S. BRAVO; M.C. de MATOS (orgs.), *Assessoria, consultoria e serviço social*. Rio de Janeiro, Letras.
- GALVÃO, M.N. 1999. Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho. In: N.M. da RI (org.), *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo, Arte & Ciências.
- GIDDENS, A. 2002. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 233 p.
- GÓIS, J.B.H. 1995. Proteção social e serviço social: comentários a propósito da revisão curricular. In: *Caderno de comunicações do VII Congresso Brasileiro de Assistente Sociais*. Salvador.
- HALL, S.. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 102p.
- DE MATOS, M. C. 2006. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: M.I.S. BRAVO; M.C. de MATOS (orgs.), *Assessoria, consultoria e serviço social*. Rio de Janeiro, Letras.
- NOBRE, M. 2003. Mulheres na economia solidária. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 205-211.

- OLIVEIRA, R.D. de. 2002. *O elogio da diferença – o feminino emergente*. 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais.
- OLIVEIRA, R.D. de. 2003. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro, Rocco, 148p.
- RAGO, M. 2001. *Feminizar é preciso: por uma cultura filógina*. São Paulo, Perspectiva, p. 53-66.
- SAFFIOTI, H.I.B. 1992. Rearticulando gênero e classe social. In: A. de COSTA; C. BRUSCHINI, *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed., São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 127p.
- SINGER, P. 2003. Economia solidária. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 116-124.
- VAITSMAN, J. 2001. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: R.M. MURARO; A. B.PUPPIN (org.), *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro, FAPERJ.